

# FARCERA VISA MELHORIAS ESTRUTURAIS NO PILAR

**TÁCIO CALDAS\***  
Com o objetivo de melhorar a região do bairro do Pilar com várias ações voltadas para o progresso do espaço, a prefeitura de Salvador, por meio da Fundação Mário Leal Ferreira (LMLF), e o Instituto Carlinhos Brown firmaram um acordo de cooperação técnica para a criação do Projeto Pilar.

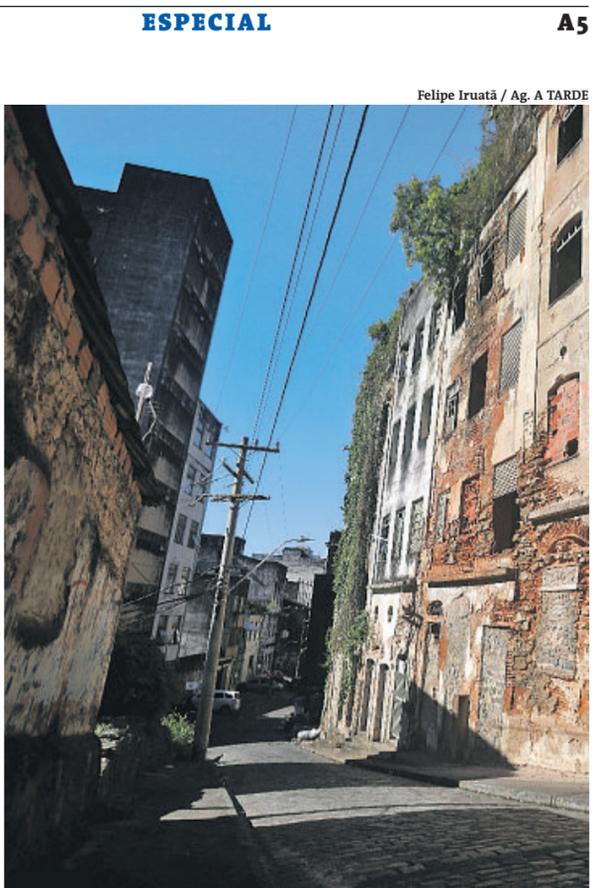
“Vejo esta parceria com o Instituto Carlinhos Brown de extrema importância. Nós temos no Pilar uma região da cidade rica culturalmente e com importantes marcos da história de nossa cidade, mas com graves problemas sociais. O convênio consiste em ações para a construção de um lugar mais integrado social, econômica, cultural e ambientalmente sustentável”, afirmou Tânia Scolfield, presidente da FMLF.

“Este movimento possibilitará a criação de condições habitáveis e confortáveis,

gerando consequências positivas, além do cuidado com o patrimônio material, diminuição da violência e a possibilidade das pessoas viverem com mais dignidade”, disse Carlinhos Brown. Padre Renato, da paróquia Nossa Senhora do Pilar e Santa Luzia e residente do bairro, acredita que é preciso fazer com que a sociedade conheça melhor as suas raízes culturais e históricas. “Minha perspectiva é que a comunidade da região tenha sua autoestima valorizada com essa revitalização do espaço”, relatou.

A iniciativa irá influenciar diretamente nos negócios locais. De acordo com Agnoel Torres de Freias, proprietário do Restaurante Juarez, a ação será positiva para o bairro. “Isto vai atrair mais turistas, vai desenvolver o comércio, far com que as pessoas venham conhecer os projetos locais. Quando se tem coisas inovadoras, modernas, sem tirar a beleza natural, arquitetônica, ajuda bastante em todos os níveis”, afirmou.

\*SOB A SUPERVÍCIO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA



Ações previstas para região têm foco na sustentabilidade

## CENTRAIS EÓLICAS PELOURINHO S.A. RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos aos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	2019	2018		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>	4	689	549	8	232	511	14	18.147	19.802		
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.990		8	208	284					
Investimentos de curto prazo	5	4.339	3.454	12	78	86					
Contas a receber de clientes	6	168		9	1.875	86					
Estoque	5	1.315		11	33	33					
Caucões e depósitos vinculados	53	299		10	12	2					
Tributos e contribuições sociais compensáveis	123	11		526	2						
Outros créditos	11.194	5.796		2.964	918						
<b>Total Ativo Circulante</b>	11.194	5.796		42.419	50.667						
<b>Ativo Não Circulante</b>	126	177		9	47	3.234					
Tributos e contribuições sociais diferidos	6	126	177	11	237	237					
Caucões e depósitos vinculados	7	89,00	93.413	12	39.900	46.472					
Imobilizado, líquido	248	—	—	10	1.488	—					
Intangível, líquido	90.174	93.603		747	724						
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	90.174	93.603		42.419	50.667						
<b>Total do Ativo</b>	101.368	99.399		84.838	101.334						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis											
<b>Reserva de Lucros</b>											
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de investimentos	Reserva de dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	33.937	543	209	—	3.930	—	38.619				
Lucro líquido do exercício	6	—	—	—	—	9.222	9.222				
Constituição de reserva legal	—	—	461	—	—	(461)	—				
Dividendos Pagos	—	—	—	—	—	—	—				
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(88)	(88)				
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	8.673	(8.673)	—				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	33.998	543	670	—	12.603	8.249	47.814				
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	8.249	8.249				
Constituição de reserva legal	—	—	412	—	—	(412)	—				
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(78)	(78)				
Constituição de reserva de investimento	—	—	—	—	7.759	(7.759)	—				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	13	33.998	543	1.082	7.759	12.603	55.985				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis											

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	2019		2018		Total do patrimônio líquido
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	33.937	543	209	—	38.619
Lucro líquido do exercício	6	—	—	—	9.222
Constituição de reserva legal	—	—	461	—	(461)
Dividendos Pagos	—	—	—	—	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(88)
Dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	8.673
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	33.998	543	670	—	47.814
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	8.249
Constituição de reserva legal	—	—	412	—	(412)
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(78)
Constituição de reserva de investimento	—	—	—	—	7.759
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	13	33.998	543	1.082	55.985

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS:** A Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Companhia"), com sede na Fazenda Encosta, Altura do KM 823 da Rodovia BR-122, parte da substituição de energia da área 5.2, S/N, Zona Rural, Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, é uma sociedade por ações, capital fechado. Foi constituída em 30 de abril de 2010 e tem por objeto social projetar, instalar, operar e explorar especificamente o parque eólico "Pelourinho". A Companhia é integrante do complexo eólico Alto Sertão II, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda sua produção controlada por diversos distribuidores de energia, no âmbito do Leilão de Energia nº 11 (LEN 2011 (A-3)). Segundo Portaria nº 168 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 23 de março de 2012. Em 03 de agosto de 2017, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela AES Tietê Eólica S.A. ("AES Tietê Eólica") e indiretamente pela AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") e pela AES Corporation (sedada nos Estados Unidos da América). Comercialização de energia: Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações. **2.3. Política de redução do valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração:** A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para avaliar o ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração discutiou se não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

valor justo em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 96,20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:** Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de conta a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de conta julgada de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores. Os saldos em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$4.339 (R\$3.454 em 31 de dezembro de 2018), são compostos por valores vencidos e a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias. **6. CAUCÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS:** O saldo de R\$1.328, em 31 de dezembro de 2018, refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, mensurado ao custo amortizado, sendo reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, e posteriormente ajustado pelo rendimento. Este instrumento constitui reserva com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações das escrituras de debêntures e contratos de empréstimos e financiamentos, celebrados entre a controladora AES Tietê Eólica e agentes fiduciários. Nesse sentido, foi firmado o Contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, administração de contas e outras vantagens ("Contrato de Cessão"), obrigando as empresas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão II, o qual inclui esta Companhia, a manter determinadas reservas em conta vinculada, durante todo o prazo de vigência dos contratos de financiamento. O banco custodiante (Itaú S/A) é responsável por realizar as transferências dos recursos das contas centralizadas e das contas reservadas, assim como as transferências para sua controladora direta, AES Tietê Eólica, para as contas destinadas ao pagamento da dívida, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Em abril de 2019, a controladora direta AES Tietê Eólica pré-pagou os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e Banco do Brasil. Com isso, o Contrato de Cessão entre a controladora AES Tietê Eólica e o agente fiduciário foi alterado de modo a eliminar todas as referências e obrigações junto ao BNDES e Banco do Brasil, mantendo-se as restrições para garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção e o pagamento das debêntures detidas pela controladora AES Tietê Eólica. Em outubro de 2019, o saldo da conta reserva da Companhia foi liberado, e pôde ser aplicado em Certificados de Depósito Bancário, na rubrica "Investimentos de curto prazo". **7. IMOBILIZADO, LÍQUIDO:** A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação do custo de aquisição e a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS. Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor de venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado. (a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2019		2018	
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adição em 2019	Provisão Des-lamento	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.803	—	—	3.803
Máquinas e equipamentos	103.652	—	104	103.756
Computadores e equipamentos de TI	144	—	81	83
Outros	342	—	—	342
<b>Imobilizado em serviço</b>	107.982	—	185	108.302
Outros	45	—	—	45
<b>Total</b>	108.427	—	185	108.427

**8. PASSIVO DE ARRENDAMENTO:** A Companhia optou pelo método retrospectivo modificação para adoção inicial no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, sem representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia possui a reconhecida o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 7). Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante. No reconhecimento inicial, para a determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada a taxa de desconto nominal de 10,08% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor. A taxa de desconto reflete o custo de capitalização da Companhia. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	2019	2018
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	—	—
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.530	—
Encargos financeiros	128	—
Pagamento	(156)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	1.502	—

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	2019	2018
<b>Fluxo futuro Circulante</b>	12	12
<b>Subtotal Não Circulante</b>	12	12
2021	13	15
2022	15	16
2023	18	18
2024	19	19
2025	14,07	14,88
Após 2025	1,66	1,66
<b>Total</b>	1.500	1.500

**11. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS:** Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nos processos judiciais em andamento. **11.2 Processos com probabilidade de perda classificada como provável:** Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução da parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A", descrita no item A, do valor estimado de R\$6.607, atualizado até 31 de dezembro de 2019. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconhece o passivo de aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, eventual pagamento poderá ser descontado do referido passivo de aquisição mantido na controladora indireta AES Tietê.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	2019	2018
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.803	—
Máquinas e equipamentos	102.944	708
Em curso	105	39
Outros	342	342
Subtotal	107.194	708
Depreciação	(9.664)	(1.819)
<b>Total líquido</b>	97.500	693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	8.249	9.222
Dividendos adicionais propostos	(412)	(461)
Constituição de reserva legal (5%)	7.837	8.761
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	(78)	(88)
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	(0,0008)	(0,0009)
Constituição de reserva de investimento	(7.759)	8.673
Dividendos adicionais propostos	—	0,0857
<b>Lucro por ação</b>	0,0000	0,0857

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada. A apuração anual e quadriênio de geração de energia em valor inferior à energia contratada, sujeita a Companhia ao ressarcimento anual e quadriênio ("conta de ressarcimento"). Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descrito na nota explicativa nº 9. **15. RESULTADO FINANCEIRO:**

	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>	51	13
Renda de aplicações financeiras	51	13
Outras receitas financeiras	—	—
<b>Total</b>	51	13
<b>Despesas financeiras</b>	(128)	(17)
Juros de arrendamento	(128)	(17)
Multas, multas, compensatórias e sancionatórias	—	—
Outras despesas financeiras	(128)	(17)
<b>Total</b>	(248)	(54)
<b>Total líquido</b>	(197)	(41)

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada. A apuração anual e quadriênio de geração de energia em valor inferior à energia contratada, sujeita a Companhia ao ressarcimento anual e quadriênio ("conta de ressarcimento"). Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descrito na nota explicativa nº 9. **15. RESULTADO FINANCEIRO:**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	8.249	9.222
Dividendos adicionais propostos	(412)	(461)
Constituição de reserva legal (5%)	7.837	8.761
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	(78)	(88)
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	(0,0008)	(0,0009)
Constituição de reserva de investimento	(7.759)	8.673
Dividendos adicionais propostos	—	0,0857
<b>Lucro por ação</b>	0,0000	0,0857

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada. A apuração anual e quadriênio de geração de energia em valor inferior à energia contratada, sujeita a Companhia ao ressarcimento anual e quadriênio ("conta de ressarcimento"). Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descrito na nota explicativa nº 9. **15. RESULTADO FINANCEIRO:**

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	8.249	9.222
Dividendos adicionais propostos	(412)	(461)
Constituição de reserva legal (5%)	7.837	8.761
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	(78)	(88)
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	(0,0008)	(0,0009)
Constituição de reserva de investimento	(7.759)	8.673
Dividendos adicionais propostos	—	0,0857
<b>Lucro por ação</b>	0,0000	0,0857

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada. A apuração anual e quadriênio de geração de energia em valor inferior à energia contratada, sujeita a Companhia ao ressarcimento anual e quadriênio ("conta de ressarcimento"). Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descrito na nota explicativa nº 9. **15. RESULTADO FINANCEIRO:**

	2019	2018
Receitas financeiras	51	13
Renda de aplicações financeiras	51	13
Outras receitas financeiras	—	—
<b>Total</b>	51	13
Despesas financeiras	(128)	(17)
Juros de arrendamento	(128)	(17)
Multas, multas, compensatórias e sancionatórias	—	—
Outras despesas financeiras	(128)	(17)
<b>Total</b>	(248)	(54)
<b>Total líquido</b>		